

ANTONIO CARLOS DE SOUZA JÚNIOR

Doutor em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo – USP.
Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.
Especialização em Direito Tributário pelo
Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET.
Professor Conferencista do IBET.
Advogado.

**A CONSERVAÇÃO DO ATO IRREGULAR NO
DIREITO TRIBUTÁRIO**

2022

editora e livraria
NOESES

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S715c

Souza Júnior, Antonio Carlos de

A conservação do ato irregular no direito tributário / Antonio Carlos de Souza Júnior. - 1. ed. - São Paulo : Noeses, 2022.

572 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89888-10-9

1. Direito tributário - Brasil. 2. Administração e processo tributário - Brasil. I. Título.

21-71207

CDU: 34:351.713(81)

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	IX
PREFÁCIO	XI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA OBRA	15
1. Paradigmas filosóficos	15
1.1 Considerações iniciais	15
1.2 Ontologias <i>versus</i> retórica: uma questão gnoseo- lógica	17
1.3 A filosofia da linguagem e suas contribuições para o direito	22
1.4 Os paradigmas filosóficos e sua influência na teoria do direito.....	31
2. Nosso método de trabalho: o constructivismo lógico-semântico.....	33
2.1 A importância do método.....	33
2.2 Origem e desenvolvimento.....	39

2.3	A designação e bases filosóficas	40
2.4	Relação do Constructivismo Lógico-Semântico com outros métodos.....	51
3.	Conceitos lógico-jurídicos e jurídico-positivos.....	53
3.1	O surgimento na filosofia e a consolidação na obra de Juan Manuel Terán	53
3.2	A doutrina nacional e a relação do conceito lógico-jurídico com o objeto da teoria geral do direito.....	58
3.3	O uso acrítico das categorias lógico-jurídicas e jurídico-positivas na doutrina nacional	62
3.4	Uma proposta de demarcação: o conceito metodológico-jurídico.....	65
 CAPÍTULO 2 – A VALIDADE JURÍDICA E SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS		71
1.	Significados do termo “validade jurídica” e a necessidade de demarcação do campo de estudo	71
1.1	Considerações iniciais.....	71
1.2	Validade como relação da norma com o sistema: pertinência e obrigatoriedade	80
1.3	Validade como qualificadora de norma pertencente ao sistema: virtude genética intrassistêmica	94
1.4	A metáfora do campo de observação: a validade na óptica do observador e do participante	103
1.5	O problema de identificar um critério mínimo de pertencibilidade: aplicabilidade como critério do “existir” jurídico.....	106
2.	Invalidação como mecanismo de controle da produção normativa.....	114
2.1	Invalidação como sanção	117

2.2	Ilícito nomogenético.....	119
2.3	Invalidação e os três planos semióticos	121
2.4	Inexistência.....	122
2.5	Nulidade	129
2.6	Anulabilidade	138
2.7	Inconstitucionalidade	140
2.8	Ilegalidade.....	146
2.9	Erro de fato e Erro de direito.....	150
3.	A invalidação no direito estrangeiro.....	151
3.1	Explicando a opção metodológica.....	151
3.2	Direito francês.....	153
3.3	Direito alemão	156
3.4	Direito espanhol.....	158
3.5	Direito italiano	159
3.6	Direito português.....	162
CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA DAS REGRAS DE PRODUÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO		169
1.	Considerações iniciais	169
2.	Normas de produção	172
2.1	Uma proposta de classificação	172
2.2	Normas de produção (estrutura) <i>versus</i> normas de comportamento (conduta).....	174
3.	Norma de produção em sentido estrito	178
4.	Norma sancionatória pelo descumprimento da regra de produção em sentido estrito.....	185
5.	Normas de conservação da produção irregular	194

5.1	Conservação dos atos irregulares.....	194
5.2	Princípios estruturantes da produção normativa e da conservação dos atos irregulares	206
5.2.1	Segurança jurídica.....	208
5.2.2	Legalidade.....	218
5.3	Exemplos de técnicas de conservação	225
5.3.1	Técnicas de conservação no direito privado	225
5.3.2	Técnicas de conservação no Direito Administrativo.....	228
5.4	Modelo sintático das regras de conservação	231
5.4.1	Atuação direta de princípios.....	232
5.4.2	Regra de pré-exclusão da juridicidade.....	235
5.4.3	Estrutura lógico-semântica da regra de conservação: a regra de neutralização	239
5.5	Síntese conclusiva.....	244

CAPÍTULO 4 – REGRAS DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 247

1.	A produção da norma individual e concreta do crédito tributário pelo contribuinte.....	253
2.	Fundamentos para identificação das normas de conservação da produção irregular realizada pelo contribuinte	262
2.1	Segurança jurídica e confiança legítima	262
2.2	Princípio da proteção à confiança legítima e o Direito Tributário	268
2.3	Requisitos para atuação da proteção da confiança legítima.....	274
2.3.1	Base da confiança	274

2.3.2. Existência subjetiva da confiança	278
2.3.3 Conduta exteriorizadora da confiança	280
2.3.4 Frustração da confiança.....	281
2.3.5 Análise crítica	282
3. Conservação da produção da norma individual e concreta do crédito tributário e o Código Tributário Nacional	285
3.1 Modificação de critérios jurídicos: art. 146 do Código Tributário Nacional.....	286
3.2 Observância de atos complementares da administração tributária: art. 100 do Código Tributário Nacional.....	304
3.3 Estrutura das regras de conservação no Código Tributário Nacional	313
4. Conservação da produção da norma individual e concreta do crédito tributário e as demais regras aplicáveis.....	315
4.1 Consulta fiscal	317
4.2 Atos normativos produzidos pelo Poder Executivo e o seu enquadramento como base de confiança (critério jurídico)	324
4.3 Atos produzidos no processo administrativo tributário e seu enquadramento como base de confiança	327
4.4 Precedentes judiciais com vinculação para a administração tributária.....	334
4.5 Dispositivos inseridos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto-Lei 4.657/42) pela Lei 13.655/2018.....	348
4.5.1 Aplicação ao Direito Tributário.....	364

CAPÍTULO 5 – REGRAS DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO ATO IRREGULAR NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	369
1. O limite para inserção da prova no processo administrativo tributário federal.....	371
2. Preclusão e seus contornos no processo administrativo tributário	382
3. Regras de produção da impugnação/insurgência no processo administrativo tributário	391
4. Ordem pública e o processo administrativo tributário	410
4.1 Ordem pública: aspectos gerais	410
4.2 A ordem pública e o processo administrativo tributário	416
4.3 Função dúplice da ordem pública no processo administrativo tributário	422
5. Prejuízo, primazia do mérito e a sua conformação no processo administrativo tributário	423
CAPÍTULO 6 – REGRAS DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO ATO IRREGULAR NA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA.....	443
1. Delimitando a etapa do ciclo de positivação: inscrição na dívida ativa.....	444
2. Inscrição do crédito tributário na dívida ativa e suas regras de produção em sentido estrito e sancionatória	450
3. Certidão da dívida ativa e suas regras de produção em sentido estrito e sancionatória	456
4. Mecanismos de controle da inscrição na dívida ativa e respectiva certidão	460

5. Regras de conservação da inscrição da dívida ativa e a respectiva certidão.....	468
5.1 Correção do Termo de Inscrição da Dívida Ativa e a CDA.....	469
5.2 Decote da CDA por meros cálculos e seus limites jurídicos.....	478
CONCLUSÕES E TESES	493
REFERÊNCIAS	509